

APRESENTAÇÃO

O Brasil que saiu das urnas em 2024 continuou desigual. Infelizmente, a cada eleição, poucos são os avanços no que diz respeito ao número de mulheres eleitas no país. Entre aqueles que foram eleitos para o cargo de prefeito nos 5.569 municípios brasileiros, apenas 734 são mulheres, 13,2% do total, aumento tímido de 8% com relação a 2020. Já para a função de vereadora, o aumento foi de 13%, de 16,1% em 2020 para 18,2% das 58.309 cadeiras disputadas em 2024. Dezoito por cento é também o percentual de deputadas estaduais e federais hoje, o ápice que tivemos na história e que nos coloca na 135ª posição de 183 países do mundo. Em representação de mulheres, o Brasil está atrás de todos os demais países da América Latina, de quase todas as ex-Repúblicas soviéticas do Leste Europeu e de boa parte dos jovens países independentes da África Subsaariana. Quando levamos em conta cor, o abismo da representação é ainda maior.

A sub-representação afeta a vida das mulheres de várias formas. Além de diminuir a pluralidade política, impacta em menor produção de políticas públicas voltadas para as mulheres, reforça estereótipos de gênero, altera suas possibilidades de escolha e suas ambições individuais. Ampliar a representação feminina é essencial para garantir que as demandas e perspectivas das mulheres sejam devidamente consideradas no processo político. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa, fortalecendo a democracia e promovendo justiça social.

Para além do diagnóstico da sub-representação que já é bem conhecido por todas, precisamos avançar na análise das mecânicas políticas e socioculturais que excluem as mulheres dos cargos eletivos e de cargos intrapartidários, sejam elas formais ou informais. Investigações como essas que apresentamos neste dossiê podem auxiliar nessa identificação e informar decisores para a criação de medidas de inclusão de mais mulheres na política. Nos últimos anos, tivemos mudanças importantes em nosso sistema político, como o fim das coligações em eleições proporcionais, da possibilidade de doações de empresas para campanhas eleitorais e a criação de um fundo público para esse fim, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Com a criação do FEFC, veio a cota de gênero para a distribuição de recursos para as candidatas mulheres, importante medida para diminuirmos essa disparidade na representação.

Nesse dossiê, recebemos um total de 29 artigos. Agradecemos o interesse da comunidade científica e chamamos a atenção para o significativo volume de pessoas pesquisando o tema. Desse total, após a nossa análise editorial e das avaliações por pareceristas, seis artigos completos estão sendo publicados. São pesquisas que cumprem o papel de trazer luz às variáveis que impactam no cenário atual da sub-representação de mulheres e que analisam cidades e contextos diferentes, sob as mais diversas perspectivas teóricas e metodológicas. Agradecemos à Roberta Picussa pelo convite e apoio incondicional durante todo o processo editorial, assim como os pareceristas que contribuíram com comentários valiosos aos artigos que compõem este número.

Iniciamos o dossiê com o tema dos recursos partidários, com o artigo de Mariana Selga, Bruno Fernando da Silva e Sara Lopes Clem. Os autores analisam os dados de financiamento e ideologia nas eleições de 2018 e 2022 para a Câmara dos Deputados e testam a hipótese que os partidos de esquerda concentrariam mais recursos em mulheres do que os partidos de direita. Os resultados evidenciaram que os partidos de centro concentram mais recursos em candidaturas de mulheres, enquanto haveria uma resistência maior nos partidos de direita. Fica demonstrado no artigo o importante papel dos partidos políticos como *gate-keepers* de recursos importantes como os financeiros e, conseqüentemente, responsáveis pela sub-representação de mulheres na política. Os autores concluem que o viés programático de partidos quando a favor da igualdade de gênero, mesmo em um sistema eleitoral aberto e permissivo como o brasileiro, pode impactar positivamente na inclusão de mais mulheres na política.

A pesquisa de Simone Boró explora as diferenças nas espécies de capital político acumuladas por parlamentares eleitos nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 2014. Com base no conceito de capital político de Pierre Bourdieu, a autora analisa dimensões como capital institucional, familiar, econômico e midiático para compreender os fatores que influenciam a entrada e a permanência de homens e mulheres na política. O estudo revela que das 149 cadeiras nas Assembleias Legislativas, apenas 14 foram ocupadas por mulheres, sendo que 81% delas tinham vínculos familiares com outros políticos, indicando o peso do capital familiar na trajetória política feminina. Por outro lado, os homens eleitos apresentaram maior diversidade de capitais, demonstrando acesso mais plural aos recursos necessários para a atuação política. A pesquisa destaca como a desigualdade de gênero no acesso e na acumulação

de capital político impacta a representatividade e a permanência de mulheres nos espaços de poder.

Em seu artigo, Diana Azeredo investiga a sub-representação das mulheres negras na política institucional brasileira, com foco nas eleições estaduais de 2014, 2018 e 2022. Utilizando uma abordagem quantitativa e interseccional, embasada em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a autora analisa as chances de sucesso eleitoral de candidatas pretas e pardas em comparação com o restante da população investigada. O estudo revela que mulheres negras enfrentam severas barreiras no processo eleitoral, tendo, em média, seis vezes menos chances de conquistar uma vaga no legislativo estadual em relação a homens brancos. Apesar de demonstrar capacidade e engajamento nas campanhas, esse grupo apresenta a menor proporção de vitórias entre as candidaturas, o que evidencia desigualdades estruturais nas condições de disputa eleitoral.

O trabalho de Ricardo Tesseroli, Karina Bernardi e Luciana Panke analisa os vídeos biográficos de campanha de seis vereadoras eleitas para a Câmara Municipal de Curitiba, em 2020. A partir da metodologia de Panke (2016), os autores investigam como as candidatas projetaram imagens arquetípicas – Guerreira, Maternal e Profissional – em suas campanhas. Os resultados revelam variações significativas entre os partidos: enquanto as candidatas do PT se apresentaram predominantemente como Guerreiras, as do NOVO enfatizaram os arquétipos Profissional e Maternal, e as do PSL adotaram os arquétipos Maternal e Guerreira. O estudo desafia a hipótese inicial de que os arquétipos seguiriam as características ideológicas dos partidos, trazendo *insights* relevantes sobre a construção das campanhas políticas femininas no contexto municipal.

Em artigo sobre a representação feminina nos municípios de Goiás, Leonardo Aires de Castro, Jéssica da Silva Dantas, Fernando Freire Vasconcelos e Jonas Modesto de Abreu buscam identificar as barreiras que impactam na baixa representação de mulheres nos municípios do estado de Goiás. Os resultados indicam que fatores como gênero, ideologia partidária, perfil demográfico e incumbência influenciam de maneira significativa o desempenho eleitoral. Enquanto os homens e candidatos à reeleição têm claras vantagens, as mulheres enfrentam barreiras institucionais e culturais, reforçando a desigualdade de gênero na política.

Finalizamos o dossiê com o texto de Bruno de Alcântara Conde da Silva, José Diôgo Lima da Silva e Rafael Barros Sampaio, que analisaram a efetividade de

candidaturas e a votação feminina para o cargo de vereadores, nas eleições de 2020, no estado do Piauí. Mesmo com a eleição municipal atípica que tivemos em 2020, em contexto pandêmico, os resultados indicaram que houve aumento no número de candidaturas femininas para os cargos de vereadoras – de 33,47% para 35,21% –, mas que não refletiu no percentual de votos recebidos e no quantitativo de eleitas.

Após essa breve apresentação, ressaltamos mais uma vez nosso compromisso com a construção de uma política partidária e eleitoral mais representativa. Como pontuado anteriormente, os impactos da baixa participação de mulheres nos espaços de poder são inestimáveis. Esperamos que os artigos inéditos publicados nesse dossiê contribuam com os debates de gênero, representação, democracia e outras temáticas concomitantes.

Karolina Roeder
Maria Cecília Eduardo
Liliane Gobetti Fagundes